

ENDIVIDADO

RIO NO FUNDO DO POÇO

Governador Dornelles decreta estado de calamidade e deve receber, do governo federal, R\$ 3 bilhões para quitar restante do salário do funcionalismo. **SERVIDOR, PÁGINA 3**



Plenos poderes O decreto dá poder a Dornelles para tomar medidas excepcionais para a realização dos Jogos Olímpicos



Dinheiro para Jogos Governo federal deve auxiliar na verba para Saúde, Segurança e finalização da obra da Linha 4 do metrô



Sem licitação Decreto prevê contratações de serviço sem licitação e encerramento de contratos sem justificativa



Rio-2016 e prefeitura Para ambos, o decreto não vai prejudicar a realização dos Jogos, já que está quase tudo pronto



NELSON LIMA NETO
nelson.neto@extra.inf.br

Com FABIANA PAIVA fabiana.paiva@extra.inf.br e MICHEL CASTELLAR michel.castellar@extra.inf.br

Servidor

Rio decreta calamidade para receber R\$ 3 bi até terça-feira

► O governador em exercício, Francisco Dornelles, tem uma viagem marcada para Brasília, na próxima segunda-feira, para articular o socorro financeiro de R\$ 3 bilhões anunciado, ontem, pela União. Segundo pessoas próximas a ele, o dinheiro deverá estar na conta do Estado do Rio já na terça-feira, dia 21, o que daria fôlego aos cofres públicos. Esse socorro, no entanto, somente será possível graças ao decreto de calamidade pública assinado nesta sexta-feira por Dornelles, que viabiliza o resgate federal sem a necessidade de abertura de um processo legislativo.

No decreto, o governador frisa a situação de calamidade em “razão da grave crise financeira”. A situação, declara, “impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016”. Dornelles autorizou as “autoridades competentes” a adotarem as medidas necessárias para racionalizarem serviços essenciais.

A realização dos Jogos são a justificativa para o decreto. Entre os integrantes do governo estadual, essa foi a forma encontrada para não criar um precedente para outros es-

tados crise, que poderiam pedir ajuda à União. Um jantar entre o presidente em exercício, Michel Temer, e Dornelles, na última quinta-feira, consolidou o entendimento entre as partes e viabilizou a operação.

A ideia será utilizar R\$ 500 milhões do total para finalizar as obras da Linha 4 do metrô. A estrutura é considerada fundamental para a Olimpíada. Mais R\$ 400 milhões servirão para quitar o restante dos salários de maio dos servidores, ainda este mês. Os R\$ 2,1 bilhões que sobram servirão para quitar outras folhas de pagamento.

— Mostramos ao presidente os problemas do Estado quanto à Mobilidade, à Saúde e à Segurança — disse Dornelles, ontem, após uma reunião com seus secretários.

Após a publicação do decreto, a repercussão foi imediata. Categorias questionaram sua legalidade, que pode afetar o dia a dia de escolas e unidades hospitalares.

— Racionalizar serviços essenciais confronta as regras constitucionais — frisou Jorge Darze, presidente do Sindicato dos Médicos (SinMed-RJ): — Estes serviços devem ser oferecidos em sua plenitude. Não existe meio direito à saúde.

▶ ENTENDA

AS JUSTIFICATIVAS	O QUE DIZ O DECRETO	PLENOS PODERES AO GOVERNADOR
<ul style="list-style-type: none">▶ A queda na arrecadação, principalmente de ICMS, royalties e participações especiais de petróleo▶ Todos os esforços de reprogramação financeira já feitos para ajustar as contas▶ A crise vem impedindo o Estado do Rio de honrar seus compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos▶ Há severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais, o que pode ocasionar total colapso na Segurança Pública, na Saúde, na Educação, na Mobilidade e na Gestão Ambiental▶ A interrupção da prestação de serviços públicos essenciais afeta a população▶ Já neste mês, as delegações estrangeiras começam a chegar à capital, a fim de permitir a aclimação dos atletas para a competição que começa em 5 de agosto▶ Os eventos têm importância e repercussão mundial, e qualquer desestabilização institucional implicará risco à imagem do país	<ul style="list-style-type: none">▶ Art. 1º- Fica decretado o estado de calamidade pública, em razão da grave crise financeira no Estado do Rio de Janeiro, que impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016▶ Art. 2º- Ficam as autoridades competentes autorizadas a adotar medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016▶ Art. 3º- As autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação do estado de calamidade pública para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016	<ul style="list-style-type: none">▶ Viabiliza socorro financeiro sem verificação do Legislativo quanto à destinação e às contrapartidas▶ Deixa a critério do Executivo os valores a serem gastos sobre devere constitucionais, como Educação e Saúde▶ Abre a possibilidade de encerramento de contratos sob a justificativa de economia▶ Libera a contratação de outros serviços sem licitação, em caráter emergencial▶ Dá brecha para o auxílio de outros entes da União para áreas do governo, como a Segurança Pública

'Se não tem dinheiro, não faz a Olimpíada'

DEPOIMENTO

ELIOMAR COELHO
Deputado estadual (PSOL)

▶ O governo fará com que a população pague por sua irresponsabilidade. Se não tem dinheiro para fazer a Olimpíada, cancele o evento. A obrigação do Estado é com a população. Os deputados estaduais estão se reunindo para decidir que passos serão adotados contra esse decreto. Essa decisão não ficará sem uma resposta do Legislativo.

'Medida assusta pela amplitude dos poderes'

DEPOIMENTO

TATHIANE PISCITELLI
Mestre em Direito pela USP e integrante do Grupo Anticorrupção da FGV

▶ É surreal o que o decreto prevê, pois dá plenos poderes ao governador. Isso torna a medida completamente inconstitucional. Limitar serviços essenciais é algo que fere a Constituição. O texto assusta pela amplitude das ações que o governo do Rio terá em suas mãos durante mais de dois meses.

Comitê Rio-2016 diz que decreto não afeta os Jogos

▶ O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016 informou não ter sido surpreendido pelo ato do governador em exercício, Francisco Dornelles (PP), que decretou estado de calamidade pública no Estado do Rio. De acordo com a entidade, o ente público sempre "trabalhou de forma transparente" e, por isso, a ação não causará impacto nos Jogos.

— O governo do estado sempre trabalhou de forma transparente, em parceria com o Comitê Rio-2016, e nunca escondeu a gravidade de sua situação financeira — assegurou o diretor

de Comunicação do Comitê Rio-2016, Mário Andrada.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, também assegurou que não há qualquer temor quanto à realização do evento. "Só para uma vez mais reforçar que a posição da Prefeitura do Rio é de absoluto conforto fiscal e financeiro. Continuamos a pagar nossos compromissos em dia", declarou Paes, que se manifestou por meio de seu perfil no Facebook. Segundo ele, salários de servidores, custeio e investimentos não enfrentam problemas: "Tirando o metrô, todas as obras de legado também são do município".

Secretário de Fazenda já deixara claro que, sem ajuda da União, contas não fechariam



Julio Bueno havia pedido ajuda

▶ Em entrevista ao EXTRA, no domingo passado, o secretário de Fazenda, Julio Bueno, já havia declarado que, sem a ajuda da União, o Estado do Rio não teria como arcar com suas obrigações até o fim do ano. Os compromissos primordiais envolvem o pagamento dos servidores, o funcionamento de serviços básicos, como Educação e Saúde, e, por fim, o pagamento de terceirizados.

Bueno afirmou ainda, que o déficit estadual estimado para este ano se aproxima dos R\$ 20 bilhões. Por isso, se faz necessária a ajuda da União, independentemente do mecanismo encontrado

para financiar o pagamento de aposentados e pensionistas. Apenas o Rioprevidência tem um rombo previsto de R\$ 12 bilhões em 2016.

Um dos mecanismos estudados para aumentar a receita é a venda da Dívida Ativa. A operação consistirá em oferecer a agentes financeiros, como bancos e fundos, os recebíveis que o governo do estado têm de empresas e pessoas físicas. O problema é que o topo da lista da Dívida Ativa é recheado de empresas que já faliram (veja o quadro abaixo). Companhias como Varig e Mesbla, que já não existem mais, estão na relação.

▶ O TOPO DA DÍVIDA ATIVA

AS EMPRESAS QUE MAIS DEVEM AO ESTADO DO RIO

▶ Petróleo Brasileiro (Petrobras)	R\$ 4.534.392.138,78
▶ Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	R\$ 1.576.306.762,24
▶ Arrows Petroleo do Brasil	R\$ 1.491.641.634,24
▶ Varig	R\$ 1.068.991.133,26
▶ Refinaria de Petroleo de Mang	R\$ 1.009.295.876,39
▶ Star One S.A.	R\$ 993.693.139,68
▶ Paes Mendonça S.A.	R\$ 975.736.428,26
▶ American Lub do Brasil Ltda.	R\$ 816.649.876,77
▶ Nextel Telecomunicações Ltda.	R\$ 696.957.829,33
▶ Mesbla Lojas de Departamentos	R\$ 604.167.755,59
▶ Light Serviços de Eletricidade S.A.	R\$ 558.838.595,24
▶ Empresa Brasileira de Correios	R\$ 525.147.414,82
▶ Sola S.A. Industrias Alimenticia	R\$ 442.399.345,69
▶ Pritefisa Tecelagem de Fios SI	R\$ 424.430.043,93